

*Campos de
Reeducação.*

O QUE HOJE SOMOS: DOIS FACTOS

Um jornalista francês do afamado «Le Monde» telefona. Vem de Gaza e, «oportunidade única» — diz ele — «estive a visitar um Campo de Reeducação». Corrigimos a expressão: «não é Campo, é Centro, Centro de Reeducação».

Mas o jornalista-colega está eufórico.

A razão para tal? Toda a informação ocidental fala de Campos de Concentração, não de «Campos» de Reeducação, e muito menos de Centros de Reeducação. E, há histórias incríveis — mata-se gente, crianças com cinco anos,... o próprio relatório da Amnistia Internacional, feito por «peritos» que nunca estiveram em Moçambique para confrontarem argumentos contra factos, fala de «Campos de Reeducação onde, de acordo com as informações, são violados os direitos humanos».

Ao telefonar porém, a voz satisfeita que teima em carregar os «rs», diz precisamente o contrário. «Conheço bem o sul do país e digo-te, não há nenhuma aldeia tão bem organizada como o Centro de Reeducação que vistei perto de Chibuto».

«É possível» — dizemos, mas a nossa resposta é imediatamente interrompida: «Non, non mon chere, je suis sûre» (não, não meu amigo, estou certo).

«Escreve» — afirmamos.

O jornalista esteve lá, falou com as pessoas, discutiu os métodos de reeducação e ele, que tem o grande privilégio entre tantos colegas do Ocidente em escrever para o «Monde», está seguro da sua afirmação — «não há nada igual em Moçambique».

Antes de desligar contámos ao jornalista uma história, um caso con-

creto passado numa empresa de Maputo.

Numa empresa industrial um jovem trabalhador de escritório foi acusado de roubo e desvio de dinheiro juntamente com outro colega seu. O caso demorou tempo a apurar e finalmente — «entregues às estruturas competentes» — ele é enviado à Reeducação com o colega.

Somos interrompidos. «Qual é o nome dele — pergunta o jornalista — posso falar com ele?»

«Quando quiseres». (Infelizmente isto não aconteceu porque o seu programa e outros factores de tempo e disponibilidade não permitiram). Insistimos contudo em acabar a história.

Um dia, cinco meses depois, o jovem surge na empresa. Vem na mesma — óculos de aros de metal, cara cheia e luzidia, voz sempre grossa. «Estou de volta e está aqui a guia-de-marcha do Centro». Volta ao trabalho normal, entra na «rotina» da sua secção, mas fora dos dinheiros, porque entretanto outro colega se ocupa agora dessa posição.

Na reunião geral ele «é apresentado às massas» e fala, diz a sua experiência. Diz: «não me bateram e não é campo de concentração. Tem que se trabalhar, construir casas, tudo isso (...) foi bom para mim porque aprendi a responsabilidade individual. Foi bom e eu também estou bom». Quando acaba há comentários, palmas, ele senta-se. Tudo bem.

O jornalista francês, como jornalista que é, naturalmente apontou o caso. Mas a opinião dele não é a do director do seu jornal — conseguirá es-



24/6/79

crever, conseguirá passar a «história»? Até ao momento a informação que temos é que não passou. Sim, escreveu sobre a igreja em Moçambique, a questão dos padres católicos em Moçambique para a grande opinião do Ocidente que é o «Le Monde». Qual o título que lhe acrescentaram na redacção do jornal? — «FRELIMO DECIDI-DA A LIQUIDAR A OPOSIÇÃO».

Depois, voltando à conversa com o jornalista, lembramos-lhe: «**Já viste quantas A. Comuns existem no país?**» — «cerca de mil» responde ele bem informado. Depois, quantas cidades, vilas e quantas pessoas neste país. Mas, só três, quatro ou talvez cinco Centros e umas tantas cadeias-civis construídas e deixadas pelos colonos, pelo Poder colonial: «os Centros são nossos, as cadeias não».

O jornalista compreende perfeitamente o que lhe queremos dizer com isto, mas ele não é a opinião, ele não é o «Le Monde», ele não é o director — muito menos é a opinião velha da Europa. Afinal, é essa opinião que ele tem de enfrentar quando quiser passar a sua história sobre «**a melhor aldeia de Moçambique**».

Enquanto o «jeep» circulava devagar pela estrada irregular que nos levava à Aldeia da Barragem em Gaza, um quadro do Partido de Chokwé recordou-nos uma carta publicada na revista. A carta, como tantas outras, denunciava a actividade irregular de um oportunista vendedor de cerveja.

O homem em causa tinha como responsabilidade profissional zelar por uma pequena estação dos Caminhos de Ferro, um pouco antes da Aldeia da Barragem. Nas horas livres primeiro, e depois em tempo integral, a referida estação foi sendo transformada em cervejaria. Entretanto, já circulavam «boatos» sobre as trafalhices do homem, que enriquecia depressa, e essencialmente à custa da especulação.

Um dia porém tudo se precipitou. O condutor de um machimbombo decidiu abandonar a viatura e os passageiros «**para tomar uns copos**» com o amigo, na tal estação de Caminhos de Ferro. Os passageiros aborreceram-se com a paragem imprevisível e alguns deles contaram o que se passava: «**toda aquela candonga suja**». Um desses passageiros atingidos, escre-



veu uma carta «dos leitores». A carta, já impressa, chegou às mãos dos responsáveis distritais e «**o negócio acabou ali mesmo. Vendiam a garrafa de cerveja com preços especulativos. Era uma exploração à população (...) são desses que querem enriquecer depressa**» comentaram na altura.

Esta história frustrada de como cresce um explorador, é a história de dezenas de outros detectados a tempo. É a história de uma luta que se estende a tantos outros níveis.

Não é apenas no Chimoio, Maputo ou Pemba que elas acontecem e chegam ao fim. Lá no campo a luta também se faz e atinge, abala e educa muita cabeça. É o caso que contamos é o caso do induna, é a Assembleia de Localidade que critica o responsável, é o elemento que é denunciado porque está a tirar partido e privilégios da sua responsabilidade.

ESTE PAIS!

Numa conversa com um dos chefes-de-sala do Polana Hotel em Maputo, ele diz-nos: «**estou a pensar pedir transferência para o Hotel do Chibuto**».

Você quer regressar ao campo?

«**Sim, agora lá na minha zona estamos a organizar uma Aldeia Comunal. Já estamos a abrir uma estrada e há os outros que já tiraram dinheiro para a cooperativa de consumo**». A razão que leva este chefe-de-sala do sumptuoso cartão-de-visita-Polana Hotel a querer ir para o campo é-nos explicada: «**no Hotel Chibuto posso ajudar porque ali há falta de alguém que tenha mais conhecimentos de como organizar a sala**», lá não há tantos problemas como aqui (Maputo/grande cidade) em arranjar a comida»; «**com a Aldeia Comunal também não**



vou ter problemas com os meus filhos porque vai haver escola e depois há a secundária de Chibuto»; «perto do sítio onde se vai construir a Aldeia há um centro de saúde»; «fico perto do velho (pai) para ajudar na machamba dele, quando ele quiser ir trabalhar na cooperativa (de produção)»

O exemplo reproduzido não é único. Há-os idênticos, há-os diferentes. Mas este país... quatro anos depois começa a produzir coisas que ninguém podia acreditar.

As Aldeias Comuns são em parte uma explicação. Elas deram volta à cabeça de muita gente: dos que nelas habitam, dos que nelas vão habitar, dos que as visitam e até por vezes daqueles que as dinamizaram.

Este fenómeno que tem a vida curta de quatro anos, e que começa a aprender a comer pela própria mão, tem já uma dimensão: a do país.

Foi aquele homem que há somente três anos esperou que a água da cheia do Limpopo lhe chegasse até ao peito para se decidir a subir ao cajueiro. É o homem, desumanizado pela expulsão das terras dos seus avós, brutalizado pelo trabalho pesado do Xibalo, que hoje lá na Aldeia Comunal se levanta e diz, numa dessas quase 900 Assembleias de Localidade: «é preciso a gente pensar em construir uma nova casa para a cooperativa de con-

sumo, porque ela está a ocupar o lugar que é preciso para pôr a produção da ceifa do arroz».

Isto passa-se na Aldeia Comunal Julius Nyerere em Gaza. Não propriamente numa aldeia/aldeia, mas sim numa cidade: dezanove mil pessoas que juntas às doze mil da Aldeia Agostinho Neto (separada da anterior por uns escassos 200 metros) se distribuem em parte pela Av. Eduardo Mondlane «já com oito quilómetros».

Está reunida a Assembleia de Localidade «para decidir (1.º) a maneira de organizar a ceifa do arroz da nossa cooperativa (com mais de 200 hectares); (2.º) estudar o problema da armazenagem; (3.º) ouvir os problemas que os deputados têm a apresentar».

Quando visitamos a Aldeia Comunal 25 de Setembro em Nampula, também ouvimos do Presidente da Assembleia de Localidade, as explicações das tarefas a serem executadas essa tarde pelos habitantes. O trabalho resulta «das decisões colectivamente aprovadas»: construir um refeitório para as mulheres aprenderem a cozinhar novas refeições, no sentido de ser melhorada a dieta alimentar da população; construir um novo edifício que vai servir de creche para as crianças.

Ali nasce-nos a sensação dessa nova força que faz pulsar «o novo Aparelho de Estado». O hábito de reduzir o Aparelho de Estado às repartições, ao carimbo, à circulação de papéis e documentos, morre ali.

«Nós decidimos isto — diz-nos mais tarde uma deputada sobre a construção da creche — porque há as crianças que ainda não podem ir à escola e também dão confusão quando vão à machamba». É uma lei «para qualquer dos efeitos» (diria o funcionário já burocratizado) que foi decidida pela Assembleia da Localidade. É uma decisão de um Estado que cresce novo e prolifera nas decisões saídas de cabeças que há apenas cinco anos só «sabiam» (podiam) resistir às ordens dos colonos.

Têm tribunal Popular? — perguntámos

«Sim, já temos», responde o Presidente da Assembleia de Localidade da 25 de Setembro.

Mas não há cadeia, não vimos? — perguntámos, e provocamos um pouco a resposta.

«Não há bandidos aqui «é a resposta calma, sob um olhar que nos fixa com certa severidade. Até agora o Tribunal só se tem reunido para decidir sobre casos sociais, como os que abalam de vez em quando um casal ameaçado pela poligamia, ou um caso colocado pela OMM no sentido de defender uma mulher «batida pelo marido».

São somente cerca de 800 pessoas nesta Aldeia. Mas, a organização básica está lançada, a decisão e discussão colectiva dominam, predominam, são exercidas.

Surpreende-nos nesta aldeia o facto de a criação de pombos estar incluída na criação das pequenas espécies. Mas, mais ainda: essa tarefa está entregue a um indivíduo que tem o centro reprodutor no quintal da sua casa, construída em blocos de maticado. A explicação vem na resposta: «confiamos nessa pessoa», e por outro lado a comida vem da colectividade e, «a gente conhece cada um, porque estamos juntos de cada um e vivemos juntos os problemas».

Alves Gomes